

CNA e Câmara dos Deputados exigem providências Entidades engrossam coro contra restrições à aviação agrícola

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) engrossou, nesta quarta-feira (dia 5), o coro de entidades que exigem do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA) a suspensão das restrições ao uso pela aviação agrícola de defensivos que contenham os ingredientes ativos Imidacloprido, Fipronil, Tiametoxan e Clotianidina. Conforme a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, as restrições impostas por meio do Ato Conjunto MAPA e Ibama são impraticáveis devido às dimensões continentais do território brasileiro, com diferentes períodos de plantio, recomendados de acordo com as características de cada região. Ela solicitou o cancelamento da medida diretamente ao ministro Mendes Ribeiro Filho. “O estabelecimento de apenas uma janela de pulverização expõe o setor produtivo a elevados níveis de risco, dadas as variações das condições climáticas regionais”, afirma a presidente. Segundo Kátia, as restrições foram impostas durante o período de planejamento da safra, quando as compras dos defensivos já tinham sido feitas. “As indústrias não tiveram tempo hábil para disponibilizar produtos substitutos, situação que prejudica os produtores rurais.”

Na última semana (dia 27), a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), da Câmara dos Deputados, já havia se reunido, com o mesmo propósito, com o secretário executivo do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz. A ocasião, o vice-presidente da Frente, deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), ressaltou que, caso a restrição seja mantida, a produção brasileira de grãos pode sofrer prejuízos incalculáveis devido ao ataque de pragas e doenças. Segundo Heinze, a aplicação aérea é o melhor método de distribuição de agroquímicos e não causa danos a cultura. “É uma tecnologia eficiente e segura. Limitar o uso dela é impedir o crescimento do setor rural e do próprio País. Não dá para concordar com essa posição unilateral e sem embasamento técnico algum. Precisamos de uma postura firme do Ministério da Agricultura em defesa dos nossos produtores”, afirma Heinze.

Fonte: SINDAG Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola